



## Vai a sanção texto com regras para assistência a imigrantes

MP aprovada ontem foi motivada pela imigração venezuelana a Roraima. Senadores pedem veto à possibilidade de estados e municípios restringirem entrada de estrangeiros



João Alberto, Eunício Oliveira, Romero Jucá e Jorge Viana na sessão que aprovou medidas emergenciais para auxílio a imigrantes em situação de vulnerabilidade

**M**edida provisória aprovada ontem no Plenário estabelece ações de assistência emergencial a imigrantes em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. A MP foi motivada pela crescente imigração de venezuelanos para Roraima, causada pela crise no país vizinho.

O texto condiciona a execução das ações à disponibilidade orçamentária. Os recursos deverão ser aplicados prioritariamente em saúde e segurança. Senadores pedem veto a artigo que permite a estados e municípios barrar a entrada de estrangeiros. **3**

### Audiência mostra distorções no sistema tributário brasileiro

Distorções como tributação excessiva sobre consumo e reduzida sobre renda e patrimônio alimentam a desigualdade social e precisam ser corrigidas,

defenderam participantes de debate na Comissão de Assuntos Econômicos. A audiência discutiu o movimento Reforma Tributária Solidária. **5**



Garibaldi Alves Filho (D) preside debate com Eduardo Fagnani e Jorge Rachid



Diretor do Sindicato dos Petroleiros da Bahia, Radiovaldo Costa fala em debate presidido por Paulo Paim (C)

### Debatedores condenam preço de combustível

O monopólio e o lucro excedente da Petrobras e a política de preços dos combustíveis foram alvo de críticas durante audiência na

Comissão de Direitos Humanos. O representante da Petrobras disse que a alta ocorre pela cadeia de produção e de distribuição do álcool e do

biodiesel. Já o presidente da Agência Nacional do Petróleo afirmou que o órgão trabalha com políticas determinadas pelo governo. **4**

### Indústria de carne está ameaçada, aponta debate

O vice-presidente da empresa BRF, Jorge Lima, e o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disseram ontem que a indústria de carne brasileira está ameaçada por embargos sanitários desnecessários e por medidas protecionistas empregadas por diversos países. A audiência foi convocada pela Comissão de Agricultura para discutir o fechamento de unidade no interior de Goiás. **8**



Jorge Lima, Blairo Maggi e Ivo Cassol, presidente da CRA, durante audiência

### Pesquisadores: redução de verba para ciência atrasa desenvolvimento

Participantes de audiência disseram que cortes nos investimentos em ciência, tecnologia e inovação podem prejudicar o presente e o futuro do país, atrapalhando o crescimento econômico e o desenvolvimento social. **7**

### Multa ambiental pode ajudar na recuperação de áreas degradadas

Projeto aprovado na Comissão de Meio Ambiente prevê que 10% do valor das multas ligadas ao meio ambiente serão destinados à recuperação de áreas degradadas e à arborização das cidades prejudicadas. **6**

**MP direciona dinheiro de loteria para segurança **2****

**Aprovado titular para órgão da ONU sobre agricultura **3****

**Leitura do primeiro relatório da LDO pode ser hoje **5****

**Reservas de Rondônia poderão ter novos limites **6****

**Avança projeto sobre rádios comunitárias **8****



# MP transfere recursos de loterias para segurança

Segundo a medida provisória, parte da arrecadação das loterias federais será destinada ao Fundo Nacional de Segurança Pública. Os recursos serão repartidos entre União, estados e municípios

O Congresso Nacional recebeu ontem a medida provisória que direciona parte da arrecadação das loterias federais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). O percentual de repasse vai variar conforme o ano e a modalidade de loteria (veja na tabela ao lado).

Para contemplar o fundo, a MP 841/2018 faz uma divisão da participação dos setores nos repasses sociais das loterias federais. Um percentual dos recursos arrecadados dos apostadores vai para a seguridade social (que reúne as áreas de saúde, previdência e assistencial social), para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e para o Fundo Nacional da Cultura (FNC), entre outras áreas. O FNSP também poderá receber recursos do Orçamento da União.

Conforme a MP, 50% dos recursos provenientes das loterias serão transferidos aos estados e ao Distrito Federal, para aplicação em programas de segurança pública. Os outros 50% e o restante das receitas do fundo serão destinados para estados e municípios. A União também poderá ser contemplada com parte das verbas para projetos federais.

Para receber os recursos do fundo, os entes federados terão que cumprir exigências. No caso dos repasses obrigatórios com recursos das loterias, por exemplo, os estados e o Distrito Federal terão que instituir um conselho local de segurança pública, possuir um fundo específico para receber

Percentual das loterias para o fundo\*

Modalidade	até dez/2018	a partir de 2019
Loteria Federal (bilhetes numerados)	5%	2,22%
Loterias de prognósticos numéricos (como Mega-Sena e Quina)	10,74%	7,8%
Loterias de prognósticos específicos (Timemania)	5%	3%
Loterias esportivas (Loteca e Lotogol)	11,49%	2%
Lotex		16,3%

\*Sobre a arrecadação com apostas.

a verba e adotar um plano de segurança local, observando as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública.

Segundo a medida provisória, o FNSP tem por objetivo garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência. A gestão ficará a cargo do Ministério Extraordinário da Segurança Pública e de um conselho gestor, formado por representantes do ministério e de órgãos do governo federal.

Os recursos do fundo poderão ser usados, por exemplo, em obras em delegacias e quartéis de polícias, capacitação dos agentes, compra de equipamentos, como veículos e armas, inteligência, informatização e integração de sistemas e ações de custeio para cooperação entre estados.

## Custo da violência

A MP foi assinada na segunda-feira pelo presidente da República, Michel Temer, na mesma cerimônia em que foi sancionada lei que institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp — Lei 13.675).

No mesmo dia, o governo

divulgou um estudo sobre o custo da criminalidade no Brasil. Segundo o texto, o custo equivale a 4,38% do produto interno bruto (PIB). Entram nessa conta gastos com segurança pública e privada, seguros, custos judiciais, encarceramento e custos médicos, entre outros.

## Mudanças

O FNSP foi criado pela Lei 10.201, de 2001, com o objetivo de elevar os recursos para a segurança pública, em um contexto de crescimento da violência no país. A lei sofreu várias mudanças desde então.

Já a MP 841 adapta a legislação à nova divisão dos repasses sociais de recursos das loterias. Uma das leis revogadas (Lei 9.092, de 1995) destina a renda líquida de um teste da Loteria Esportiva Federal para a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes).

A medida provisória será analisada inicialmente por uma comissão mista. O relatório aprovado seguirá para votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

Da Agência Câmara

# Copa e eleições não prejudicam votações, diz Eunício Oliveira

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que as eleições deste ano e a Copa do Mundo não devem atrapalhar a pauta de votações na Casa. Segundo ele, a intenção é fazer um calendário especial que concilie o tempo disponível com a qualidade nas votações.

— Vamos tentar fazer o máximo possível para que a gente tenha um calendário especial, mas com efetividade — garantiu Eunício.

Entre os projetos que devem ser discutidos até o final do ano, está o que define regras para a desistência da compra do imóvel, o distrato. O PLC 68/2018, aprovado pela Câmara na quarta-feira passada, permite que as construtoras fiquem com 50% dos valores pagos pelo consumidor, quando o empreendimento tiver

seu patrimônio separado do da construtora, caso chamado de patrimônio de afetação.

Atualmente, o Poder Judiciário entende que o consumidor deve receber de volta entre 80% e 100% do valor já pago pelo imóvel. A mudança na lei é uma reivindicação das construtoras. Por causa do baixo número de vendas e alto índice de distratos, a tendência do sistema financeiro é privilegiar empreendimentos com patrimônio afetado, o que dá mais segurança de retorno.

— Pedi um estudo sobre o projeto, que parece importante para os negócios e a segurança jurídica. Mas não podemos, por outro lado, prejudicar o consumidor. Vamos agilizar para que esse assunto tenha um final feliz para todos e não apenas para alguns — garantiu o presidente.

# Construção civil pede regulamentação do distrato

O ministro das Cidades, Alexandre Baldy, e representantes do setor de construção civil pediram ontem ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, o encaminhamento a votação do projeto que define regras para o distrato, ou seja, a desistência da compra de imóvel.

Acompanharam o encontro o presidente da Caixa, Nelson Antônio de Souza, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Rodrigues Martins, e os senadores Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e Ana Amélia (PP-RS).

O texto (PLC 68/2018), do deputado Celso Russomanno (PRB-SP), foi aprovado pela Câmara na quarta-feira, na forma de um substitutivo do deputado José Stédile (PSB-RS). O projeto disciplina os



Nelson de Souza, Alexandre Baldy, Eunício, Ana Amélia e Fernando Bezerra

valores a receber pelo mutuário na desistência da compra de um imóvel.

— Que o Senado possa apreciá-lo também com celeridade porque ele visa garantir a retomada do setor da construção civil, da indústria da construção civil, para que

nós consigamos manter esse crescimento de 22% que foi realizado no primeiro trimestre e também mantê-lo de forma equilibrada para as várias faixas da construção — disse o ministro das Cidades.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

**HÁ 30 ANOS**

## Votação de anistia para militares cassados prometia polêmica

*O Jornal da Constituinte de 13 de junho de 1988* adiantava que os próximos dias deveriam ser de controvérsia, com a votação do item das Disposições Transitórias que definiria a anistia para militares cassados. “Há quem queira reduzir o teor da anistia e há quem deseje ampliá-lo”, dizia o jornal. A publicação também mostrava avanços da Carta em relação à família, como o reconhecimento da união estável entre homem e mulher como entidade familiar.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte51>

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

**CAS Sistema Único de Assistência Social**  
9h Entre 13 itens, o PLC 112/2014, que trata da identidade visual do sistema.

**CCT Serviços de telecomunicações**  
9h Na pauta de 13 itens, o PLS 662/2011, que visa facilitar comparação entre serviços de telecomunicações

**CDR Isenção de direitos autorais**  
9h O PLS 206/2012, que isenta hotéis e motéis de recolher direitos autorais de músicas, é um dos sete itens na pauta.

**CTEC Venda de dados pessoais**  
9h Audiência interativa sobre venda de dados pessoais de brasileiros.

**CCJ Conselhos tutelares**  
10h Na pauta, o PLS 631/2011, sobre conselhos tutelares, e mais 18 itens.

**CRE Embaixadores**  
10h Indicações para China e Espanha.

**CE Crimes cibernéticos**  
10h30 Audiência interativa para discutir prevenção a crimes cibernéticos.

**PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
13h Na pauta, o PLS 279/2018, que aumenta a pena por uso de arma em roubo.

**CDH Dados de pessoas com deficiência**  
14h Entre 20 itens, o PLS 316/2016, sobre dados de pessoas com deficiência.

**PARLASUL Investimentos no Mercosul**  
14h A pauta de dois itens inclui a MSG 73/2018, sobre investimentos no Mercosul.

**CMO Diretrizes orçamentárias**  
14h30 Relatório preliminar ao PLDO 2019.

**CMMC O Brasil no Acordo de Paris**  
14h30 Audiência interativa sobre obrigações brasileiras no Acordo de Paris.

**MEDIDAS PROVISÓRIAS Instalação**  
14h30-15h Instalação e eleição das comissões mistas das MPs 836/2018 (centrais petroquímicas), 837/2018 (policiais rodoviários), 838/2018 (subvenção econômica para diesel) e 840/2018 (criação de cargos na segurança).

**SESSÃO ON-LINE**

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>



# Plenário aprova texto que estabelece medidas de assistência a imigrantes

MP, que vai a sanção, foi motivada pela crescente imigração venezuelana para Roraima, mas regras podem ser usadas em outras situações

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a medida provisória que define ações de assistência emergencial para migrantes e imigrantes em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

A MP 820/2018 foi aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 13/2018) e segue para sanção.

A edição da medida foi motivada pela crescente imigração de venezuelanos, que desde 2016 vêm para o Brasil por causa da crise econômica.

As regras do texto, no entanto, podem ser aplicadas também a outras situações, como o fluxo de haitianos para o Acre, cujo auge ocorreu entre 2012 e 2015.

A medida condiciona a execução das ações de assistência à disponibilidade orçamentária. A prioridade de aplicação dos recursos será em serviços de saúde e segurança pública. O texto autoriza a União a aumentar o repasse para os fundos estaduais e municipais de saúde, educação e assistência social após a aprovação de crédito orçamentário.

Para o presidente da comissão mista que analisou a MP, Paulo Paim (PT-RS), o projeto tem o mérito de garantir a presença da sociedade civil na execução das medidas emergenciais.

Ângela Portela (PDT-RR) elogiou a MP, mas lamentou a “ausência do governo federal” em Roraima. Segundo a senadora, a construção de abrigos não é suficiente, a rede pública de saúde está sobrecarregada e as escolas não têm estrutura adequada para atender a demanda crescente com a presença dos imigrantes.

— O povo de Roraima não pode atender o povo venezuelano sozinho. O governo federal precisa ajudar Roraima, com serviços de segurança e saúde — pediu.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também apoiou a MP, mas criticou uma emenda que prevê cotas para os entes federados receberem imigran-



Na votação, senadores pediram veto à possibilidade de estados e municípios limitarem a entrada de imigrantes

tes, o que dá ao estado ou ao município o poder de limitar a chegada de estrangeiros e é, segundo o senador, “flagrantemente inconstitucional” por limitar o direito de ir e vir. Lídice da Mata (PSB-BA) cobrou o veto desse artigo.

— Além de inconstitucional, esse item fere os direitos humanos. As cotas podem limitar a ação dos migrantes no Brasil e trazer um problema adicional nessa questão — argumentou.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), disse que a Presidência da República tem trabalhado para minorar o problema da migração. Ele disse que o governo vai estudar os acréscimos do Congresso ao texto e assumiu o compromisso de que o Executivo vai vetar o artigo das cotas.

## Anuência

Segundo o texto final da MP, a transferência das pessoas assistidas para outro ponto do território nacional, para outro país ou o retorno ao seu país de origem dependerá de sua anuência prévia.

Para coordenar as ações relacionadas ao acolhimento das pessoas, a MP cria o Comitê Federal de Assistência Emergencial, cujas composição e competência serão definidas em regulamento posterior. Entretanto, a MP já define algumas atribuições, como estabelecer diretrizes e ações prioritárias no âmbito federal,

representar a União na assinatura de instrumentos de cooperação federativa e promover e articular a participação das entidades e organizações da sociedade civil na execução das medidas de assistência emergencial.

## Recursos

Os recursos para viabilizar as ações serão transferidos para conta específica prevista no instrumento de cooperação e somente poderão ser usados para as ações assistenciais respectivas. Já as contratações realizadas por estados e municípios para cumprir o pactuado poderão ocorrer com dispensa de licitação. A atual Lei de Licitações (Lei 8.666, de 1993) já prevê esse caso para as situações de emergência ou de calamidade pública, se a espera por uma licitação normal puder prejudicar ou comprometer a segurança de pessoas.

Nas áreas de saúde e educação, a proposta remete à Comissão Intergestores Tripartite e à Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade as decisões sobre demandas de serviços. No Sistema Único de Saúde (SUS), a comissão tripartite (União, estado e município) definirá questões operacionais sobre a ampliação da demanda pelos serviços do SUS e a necessidade de maior financiamento. Quanto à educação, a comissão intergovernamental poderá revisar a quantidade

de recursos a serem aplicados em cada modalidade ou faixa de ensino ou estabelecimento da rede, sempre levando em conta o fluxo migratório.

As medidas de assistência emergencial ainda incluem ampliação de políticas de proteção social, atenção à saúde, oferta de atividades educacionais, formação e qualificação profissional, garantia dos direitos humanos; e proteção dos direitos das mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população indígena, comunidades tradicionais atingidas e outros grupos sociais vulneráveis.

Também poderão ser ampliadas as ofertas de infraestrutura e saneamento, de segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras, de logística e distribuição de insumos e de mobilidade, que contempla a transferência para outros pontos do Brasil e o repatriamento.

## Cooperação

O texto define crise humanitária como aquela provocada por situação de grave instabilidade institucional ou sua iminência, além de presença de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave e generalizada violação de direitos humanos que cause fluxo migratório desordenado em direção a região do território nacional.

Com Agência Câmara

## RÁPIDAS

### RANDOLFE PEDE ANDAMENTO DE AÇÕES CONTRA GILMAR MENDES

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) solicitou que seja dado encaminhamento aos pedidos de impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes recebidos pelo Senado.

O senador leu a fundamentação do pedido formulado em abril pelo jurista e professor da Universidade de São Paulo (USP) Modesto Carvalhosa para demonstrar que Gilmar Mendes “sistemática e reiteradamente abusa do cargo e das funções que exerce, cometendo inúmeras vezes os crimes de responsabilidade”. — Eu acho que a responsabilidade de dar uma resposta às denúncias é de todos nós, membros do Senado — disse.

Lasier Martins (PSD-RS) criticou a condição de relator assumida por Gilmar Mendes no julgamento da suspensão do voto impresso nas eleições de outubro, e João Capiberibe (PSB-AP) pediu a investigação de libertações de presos por ministros do STF.

### VENDA DIRETA DE ETANOL AOS POSTOS GANHA URGÊNCIA

O Plenário aprovou ontem urgência na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 61/2018, que autoriza o produtor de etanol a vender o produto diretamente aos postos de combustíveis. A proposta susta o artigo 6º da Resolução 43/2009, da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que só permite ao fornecedor comercializar o etanol com outro fornecedor cadastrado na ANP, com um distribuidor autorizado pela agência ou com o mercado externo.

Para o autor do projeto, Otto Alencar (PSD-BA), a recente crise institucional causada pelas paralisações de caminhoneiros fez surgir a necessidade de alterar a política de comercialização do setor. Segundo o senador, a limitação imposta pela ANP “produz ineficiências econômicas ao impedir o livre comércio através da venda direta entre produtores e postos”.

### PLENÁRIO RETOMA DECISÃO SOBRE RENÚNCIAS FISCAIS

O Plenário aprovou o texto-base do projeto que autoriza a Receita Federal a tornar públicos os nomes de pessoas e empresas beneficiadas por renúncia fiscal (PLS 188/2014). Hoje, os senadores votam um destaque que pode restringir essa regra a pessoas jurídicas. O texto original, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), altera o Código Tributário Nacional. — A divulgação das renúncias é um dos gargalos do Brasil no último período — afirmou Randolfe.

A relatora na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lúcia Vânia (PSB-GO), apresentou a emenda que foi destacada para votação em separado em Plenário.

— A divulgação relevante se refere aos benefícios destinados a determinados setores produtivos. São esses que podem distorcer indevidamente o princípio da isonomia, não as pessoas físicas — disse a senadora.

## Escolhido representante do Brasil em organização internacional para alimentação

Foi aprovada em Plenário a indicação do diplomata Fernando José Marroni de Abreu para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e os organismos internacionais

relacionados, em Roma. A nomeação recebeu 48 votos favoráveis, 6 contrários e 1 abstenção.

Abreu é graduado em engenharia química, em ciências econômicas e em relações internacionais e é mestre em relações internacionais

pela Universidade de Paris I (Sorbonne). Ingressou na carreira diplomática em 1981.

Foi chefe de gabinete no Ministério do Desenvolvimento Agrário (2000-2002) e do Ministério da Defesa (2003-2005). Também foi embaixador em Amã, na Jordânia (2008-2012)

e seu último posto foi o de subsecretário-geral da África e do Oriente Médio (2016).

Ao ser sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), em maio, Abreu afirmou que o desperdício de alimentos é uma das principais preocupações da FAO

e que, no Brasil, isso ocorre pela falta de infraestrutura de transporte.

— Os alimentos são produzidos e não conseguem sair do local de produção. Há dificuldade de acesso aos mercados e deficiência na infraestrutura de transportes — explicou.



Pedro Franco/Agência Senado



Senador Paulo Paim (3º à esq.) dirige debate com ANP, Petrobras, Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional e Ministério de Minas e Energia

## Política de preços dos combustíveis é criticada em audiência pública

Lucro excedente e monopólio da Petrobras também foram condenados pelos debatedores em reunião da Comissão de Direitos Humanos

A ALTA DOS combustíveis, a pressão dos caminhoneiros para mudar a política de preços, o lucro excedente da Petrobras e o monopólio da estatal no setor foram os principais pontos debatidos ontem em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O gerente-geral de Marketing da Petrobras, Flavio Tojal, atri-

buiu a alta dos preços à cadeia de produção e à distribuição do álcool e do biodiesel. Como os únicos produtos puros fornecidos pela Petrobras são gasolina e diesel, os demais combustíveis são fruto de um processo realizado pelas distribuidoras, o que influencia no preço final.

— Do valor de comercialização, 55% se referem à parcela que cabe à Petrobras,

nos custos com matéria-prima, produção e margem de lucro. O combustível que sai da estatal a R\$ 2,03 chega na bomba por praticamente o dobro.

### Impostos

De acordo com Tojal, dos R\$ 250 que o brasileiro gasta, em média, para encher o tanque, R\$ 107 são tributos. Já dos cerca de R\$ 4 mil pagos pelos caminhoneiros para completar um tanque de mil litros de diesel, a Petrobras fica com R\$ 2 mil, enquanto os outros R\$ 2 mil são impostos.

— É o que acontece com o botijão de gás, que custa, em média, R\$ 22 para a Petrobras, mas é revendido ao preço médio de R\$ 77 — informou.

O secretário da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, Samuel Gomes dos Santos, considerou injustificável o fato de os lucros da Petrobras girarem em torno de 150%. Segundo ele, somente após ter sido pressionada pela greve, a companhia baixou essa margem para 126%, o que continua sendo inadmissível.

— Por que a Petrobras mantém esses lucros tão absurdos? É preciso mediar isso e usar de maneira racional esse bem finito, mas fundamental para o futuro do Brasil — ponderou.

Lindbergh Farias (PT-RJ) questionou a regulação dos preços, afirmando que as medidas do governo em nada têm contribuído para o desenvolvimento nacional.

— Queremos que os senhores abram as planilhas, queremos ver as contas. Quem lucra com ganhos tão absurdos? Os acionistas, claro — pontuou.

José Medeiros (Pode-MT) disse que a política de preços não pode ser determinada pela Petrobras. Para ele, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) é quem deve cumprir esse papel, em defesa do país.

— Se eu sou dono de uma padaria, eu coloco o preço que eu quiser no pão, se não tiver quem regule esse negócio. É

o mesmo que acontece com o mercado da aviação, da telefonia e dos combustíveis.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse que a agência trabalha com as políticas determinadas pelo governo, em consonância com a legislação vigente. Ele ressaltou que os preços dos derivados do petróleo são livres, determinados pelo mercado, e uma possível interferência não teria embasamento legal. Oddone ressaltou que Estados Unidos e Canadá praticam a competição aberta, em que a competitividade determina esses valores. No modelo europeu, são os impostos que balizam os preços quando há variação nas refinarias, resultado do aumento do petróleo ou do câmbio, por exemplo. No caso do Brasil, o diretor apontou que é o ICMS quem interfere diretamente no preço cobrado nas bombas.

— Temos uma competição imperfeita no nosso modelo, porque a Petrobras retém 98% da capacidade de refino. Uma empresa que, embora estatal, tem mais de 50% de ações nas mãos de investidores privados e que tem suas atividades voltadas a maximizar o lucro dos acionistas — esclareceu.

Oddone não vê possibilidade de mudanças em curto prazo porque, para ele, a carga tributária no Brasil levará um longo tempo para ser alterada.

### Participação popular

Cidadãos de vários estados participaram da audiência pelo Portal e-Cidadania. Orlando Padilha, do Paraná, afirmou que a venda dos combustíveis deve ser feita diretamente da Petrobras para os postos. Amanda Gonçalves Viana da Silva, de São Paulo, disse que o sistema tributário no Brasil “é uma pirâmide invertida, que precisa mudar”. Luciano Almeida dos Santos, do Rio de Janeiro, defendeu o cumprimento das leis estaduais de cobranças, com vistas a uma arrecadação justa.

## Valadares celebra liminar contra venda de empresa

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou a decisão liminar da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que suspendeu a venda de 90% das ações da Transportadora Associada de Gás (TAG) para a francesa Engie.

A TAG é uma subsidiária da Petrobras que controla um gasoduto de 4.500 quilômetros, por onde distribui gás natural para o Nordeste.

O senador afirmou que a venda faz parte do conjunto de iniciativas de Pedro Parente, ex-presidente da Petrobras, de abrir mão do pré-sal e outros ativos para atender aos acionistas.



Pedro Franco/Agência Senado

## Vanessa destaca lei que garante verba para ciência

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou a Lei 13.647, de 2018, que determina que as

empresas de tecnologia da informação beneficiadas por incentivos fiscais reinvestam, em 48 meses, parte do seu faturamento bruto em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Ela disse que a medida foi necessária para que os recursos voltassem a ser aplicados em ciência e tecnologia. Segundo Vanessa, se calcula que esses investimentos atingirão R\$ 6 bilhões em todo o país e, no Polo Industrial de Manaus, pelo menos R\$ 1 bilhão.



Pedro Franco/Agência Senado

## Gleisi acusa governo de descaso e incompetência

O governo não tem capacidade para gerenciar a economia do país, afirmou Gleisi Hoffmann (PT-PR). A senadora citou notícias que indicam aumento do preço do frango, impasse nas negociações da tabela do frete dos caminhoneiros e redução da estimativa de crescimento do PIB em 2018.

Ela afirmou que mais de 50% da população do Brasil sobrevive com até dois salários mínimos, fato que exige das autoridades mais atenção às políticas sociais do que aos números da economia.



Pedro Franco/Agência Senado

Jane de Araújo/Agência Senado



Ivan Monteiro é recebido no Senado por Eunício Oliveira

## Novo presidente da Petrobras visita o Senado e se apresenta

Os preços de combustíveis também foram discutidos pelo novo presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, em visita ontem ao presidente do Senado, Eunício Oliveira. Monteiro tomou posse em 5 de junho e veio se apresentar ao Senado.

— Eunício externou preocupações naturais em decorrência do que aconteceu na greve dos caminhoneiros. Eu pude comunicá-lo da iniciativa da Petrobras, em abril deste ano, da abertura do mercado de refino para o Brasil — explicou Monteiro.

O presidente do Senado defendeu a participação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no controle dos preços e que a Petrobras se empenhe em fazer uma política de previsibilidade de modo a evitar a situação

vivida recentemente, com os sucessivos aumentos dos combustíveis e o bloqueio das estradas do país.

— Estamos preocupados também com o consumidor nessa regulação pela ANP, e com a previsibilidade dos preços. A Petrobras errou quando fez vários aumentos — disse Eunício.

Até 2 de julho, a ANP promove uma tomada pública de contribuições para consultar a sociedade sobre a periodicidade do repasse dos reajustes de preços de combustíveis. Monteiro disse que a Petrobras vai colaborar com as discussões lideradas pela agência em busca de preços alinhados às condições de mercado e à maior previsibilidade.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



# Campanha defende tributo maior sobre renda

País precisa corrigir distorções no sistema tributário, como excesso de taxação sobre consumo, propõe movimento nacional. Questão foi debatida ontem em audiência pública

O SISTEMA TRIBUTÁRIO brasileiro está na contramão dos adotados por países com menor desigualdade social. Um dos pontos fora da curva é o excesso de tributação sobre o consumo, em detrimento do patrimônio e da renda. O alerta é do professor da Unicamp Eduardo Fagnani, coordenador do movimento Reforma Tributária Solidária, que participou de audiência pública ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Elaborada pela Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal (Anfip) e pela Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), a proposta de mudança debatida na audiência busca corrigir anomalias no sistema tributário nacional, como a reduzida par-

ticipação dos tributos diretos sobre renda e patrimônio.

— Na média dos países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], a participação da tributação sobre a renda é de 34%. No Brasil, é de 21%. Há alguns países que em chega a até mais, como os Estados Unidos, com 49%, e Noruega, com 39%. Já sobre o consumo, a participação é 49,7% no Brasil, contra 32% na média da OCDE — afirmou Fagnani.

Segundo o professor, outras propostas de reforma discutidas no país se concentram na simplificação do sistema, o que também é importante, mas não enfrentam pontos cruciais, como a regressividade tributária, que prejudica a classe de baixa renda:



Senador Garibaldi Alves (3º à esq.) preside audiência com Fagnani, Rachid, Horta Melo, Orair e Castelo Branco

— Vendo a experiência internacional, percebemos que países menos desiguais combinaram a tributação progressiva ao Estado de bem-estar social.

Para o coordenador-geral do Consórcio Nacional de Secretarias de Fazenda (Consefaz), André Horta Melo, o país insiste no erro na forma de captar o dinheiro do contribuinte, concentrando na tributação indireta, o que gera uma carga regressiva e faz com quem ganha menos pague proporcionalmente mais.

— Isso é ruim não só para o trabalhador. Estamos prejudicando as empresas, porque reduzimos o mercado consumidor. Nossa demanda interna é uma oportunidade. Tem país que não tem onde crescer, mas nós temos. Quando se tem mercado interno robusto,

### Distorções apontadas na audiência

- Caráter regressivo do sistema: taxa-se menos quem tem mais riqueza
- Falta de combate mais rigoroso e efetivo à sonegação fiscal
- Alta tributação sobre o consumo, o que penaliza as camadas mais pobres da população
- Inexistência de uma tabela de Imposto de Renda baseada na progressividade de forma a taxar os mais ricos. Quem ganha R\$ 10 mil por mês, por exemplo, está sujeito aos mesmos 27,5% de quem ganha R\$ 100 mil
- Ausência de taxação sobre lucros e dividendos. A legislação não submete à tabela do Imposto de Renda a distribuição de lucros e dividendos dos acionistas e sócios de pessoas jurídicas

Fonte: Anfip, Fenafisco

consegue-se enfrentar com solidez as crises internacionais.

Com enfoque no setor produtivo, o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, apontou os principais problemas que, para ele, travam o desenvolvimento econômico: a cumulatividade dos tributos, a dificuldade de ressarcimento dos créditos tributários pelas

empresas, a oneração dos investimentos, a insegurança jurídica e a complexidade e falta de coordenação entre as leis tributárias.

— Os setores produtivo e industrial defendem a simplicidade, a neutralidade, a transparência e a isonomia. Infelizmente, nosso sistema hoje não responde a nenhum desses princípios — lamentou.

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, criticou as renúncias tributárias adotadas de forma crescente nos últimos anos, o que gera distorções no sistema, segundo ele. O representante do governo disse que a existência de uma série de regimes tributários gasta energia da administração, que tem de fiscalizar, e dos contribuintes, que precisam cumprir suas obrigações com o Fisco.

— Precisamos de reforma para buscar a simplificação do modelo e a redução da litigiosidade. A reforma tributária é um processo e precisamos saber aonde queremos chegar. Muita coisa pode ser feita por lei ordinária ou complementar.

Também participou do debate Rodrigo Octávio Orair, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

## Participação tributária por setores

	RENDA	PATRIMÔNIO	CONSUMO
Alemanha	31,2%	2,9%	27,8%
Bélgica	35,7%	7,8%	23,8%
Coreia do Sul	30,3%	12,4%	28%
Dinamarca	63,1%	4,1%	31,6%
Espanha	28,3%	7,7%	29,7%
EUA	49,1%	10,3%	17%
BRASIL	21%	4,4%	49,7%

Fonte: Anfip, Fenafisco

## Tributação sobre salário e produção é um erro, apontam senadores

O Brasil não tributa a renda, mas o salário. Isso pode ser visto quando se compara a carga tributária incidente conforme a renda familiar, disse Eduardo Braga (MDB-AM) na audiência pública. O senador lembrou que não há tributação sobre fortunas, mas há sobre a produção, o que transforma “em castigo” produzir no Brasil.

— Quem ganha até dois salários mínimos sente o peso de 48,9% de carga tributária. Quem ganha mais de 30 salários, apenas 26,3%. Como criar mercado consumidor se a base da pirâmide paga 48% de tributo? Quanto custa para

a família de até dois salários financiar bens duráveis?

Braga defendeu a tributação sobre recurso natural não renovável exportado in natura. Segundo ele, são recursos que nunca mais voltarão, e o que fica para o país e estados exportadores é o impacto ambiental, muitas vezes irreversível.

— Não somos capazes de criar tributação de 1% sobre a exportação de bens naturais não renováveis? Não vejo a Receita apresentar a questão. Assim nunca vamos conseguir agregar valor para o país deixar de ser exportador de produtos in natura e passar

para produtos elaborados.

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou o governo de Michel Temer, que, para ele, é uma plutocracia cujo resultado é a devastação social.

— Não temos um sistema tributário justo e não há proposta para o andar de cima. O ajuste é todo feito em cima dos pobres — disse o senador.

Depois de considerar a reforma tributária como a “mãe de todas as reformas”, Fátima Bezerra (PT-RN) criticou o ajuste fiscal promovido pelo governo Temer e a Emenda Constitucional 95, que instituiu o teto de gastos públicos.

— A austeridade do governo

é somente para tirar direitos dos mais pobres, inclusive contando com boa parte do Congresso. Ao mesmo tempo, vemos um festival de benesses tributárias. Não consigo nem contar quantas medidas provisórias passaram aqui para ricos e setores poderosos — disse a senadora.

A audiência foi presidida por Garibaldi Alves Filho (MDB-RN), vice-presidente da CAE e autor do pedido para a realização do debate. O senador destacou o fato de as discrepâncias do sistema tributário serem uma das causas da “vergonhosa distribuição de renda no Brasil”.

## Relatório preliminar do projeto da LDO pode ser lido hoje

Governo e oposição fizeram um acordo de suspender a leitura na Comissão Mista de Orçamento do relatório preliminar do Projeto da Lei das Diretrizes Orçamentárias (PLN 02/2018). Foi combinado um prazo de 24 horas para que os líderes do governo e dos partidos entrem em acordo sobre a apresentação de emendas e destinação de recursos para áreas como educação e saúde. A reunião será retomada às 14h30 de hoje.

A oposição quer garantia do governo de que vários programas e projetos sociais não serão cancelados ou reduzidos.

O líder da oposição, deputado Afonso Florence (PT-BA), afirmou que o governo também deve explicar como irá cumprir a regra de ouro (não usar empréstimos para pagar salários, não gastar mais do que arrecada).

— Há muita coisa a ser esclarecida e negociada antes

de votarmos a LDO.

Dalírio Beber (PSDB-SC), relator do projeto, tentou defender a leitura do relatório prévio. O senador afirmou que esses atrasos prejudicariam a apresentação de emendas e a votação em 3 de julho.

Fátima Bezerra (PT-RN) citou a redução de 5 mil para 800 das bolsas destinadas aos indígenas e quilombolas que estão em universidades.

— O que farão os 4.200 que serão prejudicados? Deixarão

de estudar? — questionou

Waldemir Moka (MDB-MS) havia feito um apelo para a oposição permitir a leitura do relatório prévio da LDO, afirmando que os prazos estão ficando exíguos. Segundo o senador, é necessário tempo para cada emenda ser bem elaborada.

O presidente da CMO, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), concordou em suspender por 24 horas a sessão da comissão.

— Vamos entrar em contato com o governo, fazer uma discussão para que possamos retomar a reunião e votar o relatório preliminar.

Outro ponto do acordo foi permitir a eleição para os cargos de vice-presidentes da CMO. Foram eleitos o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para a primeira vice-presidência o deputado Geraldo Resende (PSDB-MS) para a segunda, e o senador Sérgio Petecão (PSD-AC) para a terceira.



# Multas ambientais podem ajudar arborização

Projeto destina 10% dos recursos de penalidades ligadas ao meio ambiente ao município onde a infração foi registrada. Dinheiro também poderá ser usado para a recuperação de áreas degradadas

**PARTE DA ARRECADAÇÃO** com multas por crime, infração penal ou infração administrativa decorrentes de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente será destinada à arborização urbana e à recuperação de áreas degradadas. Projeto com esse objetivo foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Agora o PLC 188/2015 segue para o Plenário.

Os recursos, decorrentes de 10% da arrecadação das multas, deverão ser aplicados obrigatoriamente no municí-

pio onde ocorreu a infração ou crime ambiental ou no município cujo órgão realizou a poda ou corte de árvores. A escolha da espécie e do local de plantio das árvores dos projetos de arborização obedecerá à legislação municipal.

## Cidades

O relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), observa que a despeito de haver muita preocupação com, por exemplo, a preservação da Floresta Amazônica, é nas cidades que se concentra mais de 80% da população brasileira. Por isso,

segundo ele, é necessário mobilizar esforços voltados à melhoria das condições ambientais urbanas.

“Além das tantas funções ambientais, podemos acrescentar o viés paisagístico, não menos relevante, uma vez que as árvores amenizam a tonalidade esbranquiçada e cinzenta do concreto e do asfalto, tornando as cidades um ambiente mais aprazível de se habitar. De fato, diversos estudos científicos demonstram o quão importante é o matiz verde, trazido pelas árvores, para a saúde psíquica dos



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Para Petecão, o projeto também pode beneficiar o paisagismo das cidades

cidadãos”, justifica Petecão no relatório.

O projeto é do deputado Roberto Britto (PP-BA). De acordo com ele, a vegetação nas cidades é importante para a

qualidade de vida, bem-estar e segurança da população, por ajudar na purificação do ar, na proteção de mananciais e na diminuição da temperatura das áreas urbanas.

# Aprovada alteração de limites de reservas extrativistas em Rondônia

A Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, em Rondônia, poderá ter redução de 20 mil hectares, o equivalente a 35% da área, de acordo com projeto aprovado ontem, em votação suplementar, na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Para compensar a perda, o PLS 206/2007 prevê a ampliação da Reserva Extrativista do Lago Cuniã, também em Rondônia, em 24 mil hectares.

A proposta, do senador Valdir Raupp (MDB-RO), retirava 31 mil hectares da reserva,

localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. De acordo com ele, a área já teve suas características originais modificadas e é usada para atividade agropecuária.

O relator, Jorge Viana (PT-AC), reduziu o tamanho da área a ser desafetada para 20 mil hectares. Ele citou estudo técnico elaborado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade explicando que o assunto já gerou diversos debates, envolvendo instituições públicas

e representantes das partes. Segundo o relator, laudos e consultas públicas foram feitos ao longo dos anos para correção dos limites da unidade de conservação. A área oferecida como compensação, explicou, pertence ao bioma amazônico e possui elevada biodiversidade e alto grau de conservação.

“A ampliação da Reserva Extrativista do Lago Cuniã é uma oportunidade para garantir a proteção ao ecossistema local e para assegurar a inclusão social, mediante o manejo

equilibrado e sustentável dos recursos naturais disponíveis pelas populações extrativistas”, justifica no relatório.

Se não houver recurso para análise em Plenário, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados.

## Seguro ambiental

Também foi aprovado, em turno suplementar, o PLS 767/2015, que determina a contratação de seguro ambiental nos casos em que for necessária a elaboração de Estudo de

Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para a concessão da licença ambiental destinada ao início da operação de empreendimentos ou atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes de causar degradação ao meio ambiente.

Autor do texto, Raupp diz que, por não ser obrigatório, nem todos os empreendedores contratam seguro e preferem arcar com eventuais perdas e danos a terceiros em caso de acidentes.

## Simone celebra obras de fábrica de fertilizantes em Mato Grosso do Sul

Simone Tebet (MDB-MS) cumprimentou a Petrobras pela continuidade das obras de uma fábrica de fertilizantes em Três Lagoas (MS).



Pedro França/Agência Senado

A senadora informou que, segundo o presidente da estatal, Ivan Monteiro, a licitação da fábrica foi vencida por uma empresa russa que já conseguiu a liberação dos incentivos fiscais e está negociando o fornecimento de gás da Bolívia.

— Estamos falando de uma das maiores fábricas de fertilizantes nitrogenados do mundo, com uma produção anual de 1,25 milhão de toneladas de ureia granulada e 81 mil de amônia.

## Ângela Portela critica redução do valor do salário mínimo para 2019

Ângela Portela (PDT-RR) lamentou a redução em R\$ 4 do salário mínimo previsto para 2019. A estimativa era de R\$ 1.002 mas o valor pode cair para R\$ 998.



Pedro França/Agência Senado

A senadora questionou o argumento do governo de que a redução é necessária para o equilíbrio das contas públicas, ao lembrar que faltou esforço para economizar na propaganda da reforma da Previdência Social, que custou R\$ 110 milhões aos cofres públicos.

Para Ângela, diante dessa notícia, é justificável que a aprovação de Temer não passe de 3%.

## Paulo Rocha cobra medidas de combate ao trabalho infantil

A criança que trabalha deixa de usufruir seus direitos à educação, à saúde e ao lazer, disse Paulo Rocha (PT-PA) ao lembrar a importância do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, comemorado ontem.



Pedro França/Agência Senado

Para ele, o ingresso precoce no mercado de trabalho é uma “vergonha”, que associou à falta de perspectivas econômicas e à educação precária.

O senador pediu apoio a projeto dele que torna crime a exploração do trabalho infantil (PLS 237/2016) e cobrou a implantação de programas que afastem crianças e adolescentes do trabalho ilegal.

## Lídice da Mata quer retirar por 12 meses benefícios de petroleiras

Lídice da Mata (PSB-BA) anunciou a apresentação de um projeto (PLS 280/2018) destinado a suspender por 12 meses os incentivos para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.



Pedro França/Agência Senado

A ideia é retirar provisoriamente das grandes petroleiras os benefícios recebidos e, com esse dinheiro, garantir as fontes de recursos do governo que passaram a bancar a redução de R\$ 0,46 centavos no litro do diesel.

— Não é possível que nós possamos tirar do Orçamento, e não das petroleiras, os benefícios que lhes foram dados.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



Waldemir Borges/Agência Senado



Zaira Turchi, Carlos Pacheco, Marcos de Albuquerque, Otto Alencar, Luiz Davidovich, Fernanda Sobral e Mario Borges

## Corte de verbas para ciência afeta o país, aponta debate

Para participantes de audiência sobre a atuação da Finep, a falta de recursos para pesquisas, tecnologia e inovação pode prejudicar a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento social

OS CORTES NAS verbas públicas destinadas à ciência, à tecnologia e à inovação feitos nos últimos anos podem prejudicar não só o presente, mas o futuro do país, impactando negativamente na retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento social, concluiu audiência realizada ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O debate buscou colher subsídios para avaliar a política pública que a CCT acompanha em 2018: a atuação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública de fomento ao setor. Criada na década de 1960, a Finep também é a secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O relator da avaliação da CCT é Waldemir Moka (MDB-MS).

O presidente da CCT, Otto Alencar (PSD-BA), disse que o contingenciamento de recursos para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações foi acentuado este ano, passando de 40%. O senador prometeu que a comissão avaliará a possibilidade de apresentar emenda ao orçamento deste ano para

destinar mais recursos ao setor. Para o presidente da Finep, Marcos Cintra, o Brasil precisa de uma política de Estado estável e permanente de financiamento de pesquisas e de capacitação de cientistas.

— Estamos falhando miseravelmente na inovação, que é a transformação do conhecimento em valor. Ciência, tecnologia e inovação têm de estar no centro da política de desenvolvimento nacional.

Segundo Albuquerque, é necessário diminuir os atritos entre os setores público e privado para haver mais investimentos.

A conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) Fernanda Sobral reclamou do teto de gastos do governo, que limita os recursos para investimentos no setor, e do contingenciamento dos recursos orçamentários para a área, que este ano ficarão em apenas R\$ 3,4 bilhões, contra cerca de R\$ 10 bilhões em 2010 em valores atualizados.

Os debatedores disseram apoiar o PLS 315/2017 — Complementar, de Otto Alencar, que veda o contingenciamento de recursos destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico. A proposta já foi

aprovada pela CCT e espera votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo a conselheira da SBPC, o projeto está alinhado com reivindicações do setor ao transformar o FNDCT em um fundo contábil, o que permitirá o reinvestimento de eventuais sobras de recursos e lucros de operações no próprio fundo.

O presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, afirmou que a pesquisa brasileira vem melhorando nos últimos anos.

— Em época de crise temos é que aumentar os investimentos em ciência e tecnologia.

O presidente do CNPq, Mario Borges, defendeu o aumento do financiamento público e mais investimentos privados para o setor. Com recursos, disse, os pesquisadores podem contribuir na geração de riqueza e no desenvolvimento sustentável, e ajudar a solucionar problemas econômicos e sociais.

A ciência como mola propulsora do desenvolvimento de qualquer país foi defendida também pela presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Maria Zaira Turchi.

## Avança incentivo à implantação de redes elétricas inteligentes

O consumidor poderá ter informações em tempo real do seu consumo de energia, da tarifa e da qualidade do serviço. Também terá maior facilidade para gerar sua própria energia e utilizar a rede elétrica como um acumulador para uso posterior. Essas são algumas das possibilidades permitidas pelas redes elétricas inteligentes. Projeto aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura (CI) incentiva a modernização das instalações do serviço de distribuição de energia elétrica com a implantação dessa nova arquitetura de redes (PLS 356/2017).

Já em funcionamento em alguns países, as redes elétricas inteligentes, também conhecidas como *smart grids*, são automatizadas com medidores de qualidade e de consumo de energia em tempo real. A inteligência também é aplicada no combate à ineficiência energética, evitando a perda de energia ao longo da transmissão. O modelo tem vantagens ainda para as distribuidoras, que poderão economizar com a possibilidade de fazer manutenção de forma remota.

Na justificativa, o autor do texto, Eduardo Braga (MDB-AM), observou que todos ganham com a adoção da tecnologia, capaz de proporcionar informações sobre o consumo, aumentar a transparência na distribuição de energia, bem como aperfeiçoar o processo de decisão do consumidor em relação à demanda por energia. Ele observou também os impactos positivos na eficiência energética e no meio ambiente.

Braga destacou ainda que as redes elétricas inteligentes são necessárias para que o

consumidor possa distribuir eventual excedente de energia que ele produza no seu imóvel.

— Se nós tivermos redes inteligentes, o consumidor poderá, sempre que for de seu interesse, se tornar um cogenerador na microgeração distribuída, seja de energia solar, seja de energia eólica ou de energia a gás, para que possamos substituir muitas vezes a vinda de energia que estamos trazendo de cada vez mais longe. Quanto mais perto do ponto de carga estiver essa energia e quanto mais limpa, melhor para o país e para o setor elétrico — disse.

O relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), recomendou a aprovação do texto, afirmando que é preciso romper a inércia por que o setor elétrico passa em relação à adoção dessa tecnologia. Segundo ele, o texto “tem o mérito de dar condições mais sustentáveis para a expansão das redes inteligentes”.

A proposta segue para análise e decisão final da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Consumidor e distribuidor podem ser beneficiados, afirma Braga

### Humberto destaca que Lula registrará candidatura

Humberto Costa (PT-PE) registrou o lançamento, na sexta-feira, da candidatura presidencial de Lula. Segundo o senador, os meios de comunicação tentam fazer o povo esquecer Lula, mas as pesquisas de intenção de voto favoráveis ao petista “indicam a consagração do maior líder político do país”.

— Mesmo preso injustamente há 70 dias, Lula não sai do imaginário da população brasileira.

Humberto cobrou a liberdade de Lula em respeito ao Estado democrático de direito e à estabilidade institucional, afirmando que o país corre o risco de eleger um presidente sem legitimidade. Ele disse que 34% dos eleitores não votarão em ninguém para presidente se Lula não puder ser candidato.



Pedro Franco/Agência Senado

### Para Fátima, intenções de votos consagram petista

Em Contagem (MG), foi lançada nacionalmente na sexta-feira a pré-candidatura de Lula à Presidência, destacou Fátima Bezerra (PT-RN). No dia seguinte, disse a senadora, o Datafolha divulgou pesquisa, segundo a qual Lula continua a ser o preferido da “maioria expressiva” da população para o cargo.

— A pesquisa, depois de toda a perseguição brutal, política e judicial, contra Lula, e da prisão injusta, arbitrária, está aí: Lula, simplesmente, com índices consagradores. Ele possui 30% dos votos caso seja candidato. Não é só isso: 30% dos eleitores declaram que votariam, com certeza, em quem Lula indicasse. Esse resultado é a resposta do povo àqueles que rasgaram a Constituição e atentaram contra a democracia.



Pedro Franco/Agência Senado

### PT manterá ex-presidente na disputa, diz Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) reiterou em discurso que o PT manterá até o fim a candidatura de Lula à Presidência da República. Para o senador, Lula é a única pessoa que

pode tirar o país da estagnação econômica, do desemprego e da miséria. Ele disse que a bolsa de valores está caindo e o dólar está subindo porque o mercado se deu conta que nas eleições não poderá colocar seus candidatos no Palácio do Planalto e que o povo não aceita o projeto de Temer.

— Vamos registrar Lula candidato no dia 15 de agosto. Eles vão vir com tudo, porque se há um nome de que eles têm medo, é Luiz Inácio Lula da Silva. Eles fizeram tudo isso para massacrar os trabalhadores e sabem que a política de Lula é outra.



Pedro Franco/Agência Senado

### Paim apresenta agenda de sindicatos para candidatos

Paulo Paim (PT-RS) anunciou as reivindicações das centrais sindicais aos candidatos das eleições de outubro. O senador afirmou em Plenário que os sindicatos querem democracia, soberania, desenvolvimento com justiça social e emprego.

— São 22 propostas que têm como base a retomada da geração de emprego, do crescimento econômico, da dignidade do trabalhador, da participação do Estado, entre outras, como a revogação imediata da reforma trabalhista, com a aprovação de um novo estatuto, uma nova CLT.

As reivindicações das centrais sindicais preveem ainda, disse Paim, jornada de trabalho de 40 horas semanais (o que pode gerar 3 milhões de empregos, segundo elas), retomada de obras de infraestrutura e a renovação da política de valorização do salário mínimo.



# Agronegócio está sob ataque mundial, diz BRF

Europa, China, Rússia e Arábia Saudita impuseram à carne brasileira embargos e sobretaxas não por falta de qualidade, mas por protecionismo, alega vice-presidente da empresa

NO ESPAÇO DE um ano, restrições à importação de produtos do agronegócio brasileiro foram aplicadas pela União Europeia (UE), China e Arábia Saudita, que se somaram à manutenção de embargos da Rússia à carne suína e de alguns frigoríficos. Esse foi o quadro desenhado pelo vice-presidente global de eficiência corporativa da BRF para o Cone Sul, Jorge Lima, durante audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A audiência foi requerida por Lúcia Vânia (PSB-GO) para discutir a atuação da empresa em Goiás (veja abaixo) e contou com a participação do ministro da Agricultura, o senador licenciado Blairo Maggi (PP-MT).

Para o executivo da BRF, essa situação ocorre porque o comércio internacional vem passando por um forte recrudescimento protecionista, que está sobrepujando acordos e negociações bilaterais e multilaterais. Lima avalia que as restrições de ordem sanitária, antidumping (para impedir a venda de produtos com preço inferior ao de mercado) ou até mesmo religiosas alegadas por alguns dos parceiros comerciais para a adoção das barreiras são “cortina de fumaça”, e o que ocorre de fato é um cenário de guerra comercial.

— A guerra está declarada contra nosso agronegócio. Isso se dá porque somos líderes na Europa, somos líderes na China, na Rússia e na Arábia. Duvido que a curto prazo o ataque seja minorado — afirmou.

Blairo Maggi explicou que a UE adota hoje embargos contra 20 frigoríficos nacio-



Blairo Maggi (2º à esq.) entre Jorge Lima e Cassol, presidente da CRA: “Carne é apropriada para exportação”

nais exportadores de frango e de pescados, alegando defesa sanitária. Segundo ele, a pasta aguarda o envio de um relatório por parte de técnicos europeus que inspecionaram frigoríficos e plantas brasileiras em janeiro.

— A partir desse relatório, será possível planejar a vinda de uma nova missão europeia e requerer o fim do embargo.

O ministro garante que as alegações de ordem sanitária, ligadas a dois tipos de salmonela, “não têm de fato nenhuma sustentação científica”. Para ele, o que há é pressão do setor agrícola europeu sobre países como França e Holanda.

## Sobretaxas

Blairo disse que outros acordos vigentes com os europeus preveem a possibilidade de exportação de frango nas mesmas condições agora embargadas, desde que sobretaxadas num valor superior a 2 mil euros por carga, “o que prova que a questão não é de sanidade”.

Ele lamentou o fato de que grande parte dos embargos

sejam provenientes da “divulgação espalhafatosa” ligada às Operações Carne Fraca e Trapaça, executadas pela Polícia Federal. Os resultados dessas operações são com frequência alegados pelos importadores para a adoção das barreiras. Para Blairo, a produção brasileira está no mais alto padrão

de qualidade internacional “e o país não seria um líder de mercado se assim não fosse”.

## China

O ministro disse ainda que o governo avalia tomar “uma ação política mais incisiva” em relação à China, por causa da tarifa antidumping de 38% apli-

## Empresa confirma fechamento de unidade em cidade goiana

A BRF não possui mais capacidade de mercado e de exportação para a produção de peru, e a linha de produção na cidade de Mineiros (GO) terá que ser desativada. A informação foi confirmada ontem pelo vice-presidente da empresa, Jorge Lima, na audiência pública da CRA para debater os impactos da atuação da companhia em Goiás.

O executivo disse que a decisão é parte do esforço da empresa para superar problemas surgidos nos mercados local e global. Além dos embargos e medidas protecionistas enfrentados pela carne brasileira no exterior, a BRF alega que o

mercado interno está estagnado há vários anos. Somam-se a isso as indefinições em torno da tabela do frete depois da greve dos caminhoneiros, diz Lima.

— Temos feito o possível e o impossível para não fecharmos ativos, mas o fato é que nossos mercados para frangos e peru têm sido muito afetados. O mercado para suínos está na dependência da Rússia, que está prometendo abrir.

## Acompanhamento

A CRA criou uma comissão, a ser presidida pela senadora Lúcia Vânia, que acompanhará a atuação da empresa

cada pelo país asiático sobre os frangos importados do Brasil. Blairo e Jorge Lima deixaram claro que essa sobretaxa, na prática, inviabiliza a exportação de frango para aquele país.

O governo chinês tomou a decisão após reclamações de produtores locais em relação ao preço do frango brasileiro, o que levou à abertura de uma investigação relacionada a dumping. Maggi garantiu não existir “nenhum nexo causal” na alegação das autoridades chinesas:

— Conversei hoje [ontem] com o ministro Aloysio Nunes Ferreira [das Relações Exteriores], que tratará do assunto com o presidente Michel Temer. Chega de palavras, está na hora de agir. A China também tem muitos interesses em nosso país, há poucos dias mesmo levantamos uma taxa antidumping sobre o aço, mas vimos que eles não cumpriram a parte deles — disse o ministro.

em Mineiros, pois a cidade é altamente dependente da produção vinculada à BRF. Lima confirmou que, a despeito do fechamento da linha de produção, todos os contratos celebrados pela companhia com produtores integrados serão cumpridos.

Em relação aos funcionários, a empresa estuda reaproveitá-los em outras funções ou transferi-los para outras localidades. A BRF também avalia a possibilidade de abrir uma planta de frango em Mineiros.

— Mas isso é apenas um estudo, não gosto de criar expectativas que podem não se concretizar — alertou Lima.

## Semana da Agricultura Familiar vai a Plenário

Foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o projeto de lei da Câmara que institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar. O PLC 4/2017 segue em regime de urgência para análise do Plenário e, caso seja aprovado sem alterações, vai à sanção.

Pelo texto, do deputado Heitor Schuch (PSB-RS), a celebração ocorrerá na semana do dia 24 de junho, data em que foi publicada a Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar.

Palestras, seminários e outros eventos serão realizados com o objetivo de debater o planejamento e a execução de ações previstas na Lei da Agricultura Familiar, como as que tratam de crédito e fundo de aval, infraestrutura

e serviços, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, comercialização, seguro, habitação, legislação, cooperativismo, capacitação e profissionalização, negócios e serviços rurais não agrícolas e agroindustrialização.

— São temas fundamentais para o planejamento e a execução das ações da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos rurais familiares — defendeu a relatora, Regina Sousa (PT-PI).

## Economia

A senadora destacou a importância do agricultor familiar para a economia brasileira. Segundo dados de 2015 divulgados pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o setor emprega pelo menos 5 milhões de

famílias e é responsável pela maioria dos alimentos que chegam à mesa da população. A propriedade agrícola do tipo familiar representa 84% de todas as propriedades rurais do país e ocupa 24,3% da área usada por empreendimentos agropecuários, mencionou.

Segundo Regina, os pequenos agricultores usam energia solar, animal e humana com elevada autossuficiência e pouco uso de insumos externos. A força de trabalho familiar ou comunitária, a grande diversidade eco-agrícola, biológica, genética e produtiva, a baixa produção de dejetos, a predominância dos valores de uso e o intercâmbio ecológico com a natureza são características importantes do grupo que merecem debate e incentivo, diz a senadora.

## Rádios comunitárias poderão ser isentas de pagar direitos autorais

As rádios comunitárias podem ficar isentas do pagamento de direitos autorais ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). Esse é o teor de projeto aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto segue para análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde recebe decisão terminativa.

De autoria de Hélio José (Pros-DF), o PLS 410/2017 altera a Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610, de 1998) para isentar as rádios comunitárias do pagamento de direitos autorais pela veiculação de obras musicais e literomusicais, o que inclui os direitos conexos (relativos aos intérpretes e executantes). O senador

argumenta que o pagamento de direitos autorais é um dos principais fatores que dificultam ou inviabilizam as rádios comunitárias, que já não podem obter recursos com a venda de anúncios.

— O objetivo é ajudar, não entrar em queda de braço com ninguém. Estamos todos muito felizes.

O texto recebeu apoio de senadores de vários partidos. A relatora, Fátima Bezerra (PT-RN), acredita que o texto vai viabilizar a continuidade da atuação dessas rádios, essenciais para desenvolvimento cultural, comunicativo e social das comunidades.

— É uma proposta para democratizar a comunicação popular.